

ORGANIZADORES
FRANCINI IMENE DIAS IBRAHIN
JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR

AUTORES

ANDERSON PIRES GIAMPAOLI	FRANCINI IMENE DIAS IBRAHIN
AUDRA PIRES SILVEIRA THOMAZ	GABRIELA GARCIA DAMASCENO
BRENO DA COSTA ESTEVES	JOAQUIM LEITÃO JÚNIOR
BRUNO GILABERTE	KARINE GONÇALVES PEREIRA
CLEOPAS ISAÍAS SANTOS	KLEBER LEANDRO TOLEDO RODRIGUES
CLEYSON BRENE	KLISMAN FRANÇA BARBOSA
DENIZE DOS SANTOS ORTIZ	LAURIANA CAMARGO OLIVEIRA
EDUARDO FRANCO DEFAVERI	RAFAEL FRANCISCO MARCONDES DE MORAES
EDUARDO LUIZ SANTOS CABETTE	RAFAELA LOBATO
EMERSON WENDT	THIAGO GARCIA
FABIANO OLIVEIRA	TRISTÃO ANTONIO BORBOREMA DE CARVALHO
FERNANDA MORETZSOHN	WILLIAM GARCEZ

CRIMES PATRIMONIAIS

SUMÁRIO

Crimes Patrimoniais e Justiça Penal Negocial.....	19
Anderson Pires Giampaoli Rafael Francisco Marcondes de Moraes	
Introdução.....	19
1. Modelos de Processo.....	20
1. 1 Processo enquanto instrumento de política pública.....	20
1. 2 Processo enquanto mecanismo de resolução de conflito.....	21
2. A Dogmática dos Crimes contra o Patrimônio no Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	25
3. Delitos contra o Patrimônio e o Reflexo dos Espaços de Consenso na Investigação Criminal.....	26
Considerações Finais.....	27
 Catfishing, Sextorsão e Estelionato Sentimental: Crimes Patrimoniais na Nova Era Digital.....	 29
Audra Pires Silveira Thomaz	
Introdução.....	29
1. Catfishing.....	31
2. Sextorsão.....	32
3. Estelionato sentimental.....	33
Considerações finais.....	35
 A (In) Aplicabilidade do Crime de Apropriação de Coisa Achada no Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	 38
Breno da Costa Esteves	
Introdução.....	38
1. Classificação do Crime.....	39
2. Conceito de Coisa Perdida.....	40
3. Dono, Legítimo Possuidor e Autoridade Competente.....	41
4. Complexidade da Entrega do Objeto Achado.....	42
5. Aplicabilidade do Tipo Penal.....	43
Considerações Finais.....	44
 Há Receptação na Aquisição ou Condução de Veículo com Sinal Identificador Adulterado? A Inescapável Análise à Luz da Legalidade.....	 47
Bruno Gilaberte	

Plantão Policial e Motocicletas Apreendidas: Considerações sobre a Lei 14.562, de 2023	55
Cleyson Brene	
Escusas Absolutórias e Punibilidade Condicionada nos Crimes Patrimoniais	61
Cleopas Isaías Santos	
Considerações Preliminares	61
1. Fundamentos.....	62
2. Escusas Absolutórias	63
3. Escusas Relativas.....	66
4. Exclusão das Escusas.....	67
Considerações Finais	68
Atuação das Polícias Judiciárias na Investigação dos Crimes de Contrabando, Furto e Roubo de Agrotóxicos	70
Denize dos Santos Ortiz Joaquim Leitão Júnior	
Introdução.....	70
1. Os Crimes de Contrabando, Furto e Roubo Envolvendo Agrotóxicos - Abordagem Legislativa	71
2. Atuação das Polícias Judiciárias Civil e Federal no Combate aos Crimes Envolvendo Agrotóxicos	75
3. Da Sugestão de Criação de um Protocolo Mínimo para Investigação em Furtos/Roubos dentre outras Infrações Penais quanto aos Defensivos Agrícolas (Procedimento ou Protocolo Operacional Padrão [POP])	76
Considerações Finais	78
A Palavra da Vítima e o Reconhecimento Inequivoco nos Crimes Patrimoniais	81
Eduardo Franco Defaveri	
Introdução.....	81
1. Reconhecimento de Pessoas no Código de Processo Penal.....	82
2. Importância e Impacto no Processo de Investigação Criminal.....	83
3. A palavra da vítima no âmbito da Investigação Criminal	83
4. A Palavra da Vítima sob a Ótica do Superior Tribunal de Justiça.....	84
5. Reconhecimento Inequivoco e a Palavra da Vítima na Investigação Criminal	85
Conclusão.....	86
Furto e Receptação de Gado: Crime Qualificado	88
Eduardo Luiz Santos Cabette	

Incidência do Princípio da Insignificância aos Crimes Patrimoniais em Sede Policial 92
Lauriana Camargo Oliveira

Introdução	92
1. Do Princípio da Insignificância: Conceituação e Origem	92
2. Dos Fundamentos Jurídicos dos Princípios da Insignificância e da Irrelevância Penal do Fato	93
3. Aplicabilidade do Princípio da Insignificância pelo Delegado de Polícia em Crimes de Furto.....	95
4. Crimes contra o Patrimônio e a Compreensão do Princípio da Insignificância nos Tribunais Superiores	98
Conclusão.....	101

A (Contra) Posição entre a Aplicação da Escusas Absolutórias e a Lei Maria da Penha..... 103
Rafaela Lobato | Emerson Wendt

Representação Criminal como Condição de Procedibilidade nos Crimes de Furto .. 111
Fabiano Oliveira | Fernanda Moretzsohn

Introdução.....	111
1. Bem Jurídico Protegido	112
2. Ação Penal Condicionada à Representação do Ofendido (ou seu Representante Legal), a Efetividade Prática e a Vítima como Protagonista da Persecução Criminal.....	113
3. O Crime de Furto, Política Social e o Papel do Estado	114
4. O Direito Penal na Tutela de Bens Jurídicos mais Importantes	115
4. 1 Princípio da intervenção mínima e os corolários da fragmentariedade e subsidiariedade	116
4. 2 Princípio da lesividade e a tríplice relevância	117
4. 3 A disponibilidade do bem jurídico patrimônio	117
4. 4 A exigência da representação ao crime de estelionato.....	119
4. 5 A exigência de representação para o crime de furto após a Lei Federal 13.964/2019	119
Conclusão.....	121

Pix por Erro e seus Reflexos Penais 123
Francini Imene Dias Ibrahin | Klisman França Barbosa

Introdução.....	123
1. Como Funciona o Pagamento via <i>Pix</i>	123
2. O <i>Pix</i> por Erro e seus Reflexos Penais.....	125
Considerações Finais	128

Uma Análise acerca dos Crimes Patrimoniais Hediondos 130
Gabriela Garcia Damasceno

Introdução.....	130
1. A Proteção Penal do Patrimônio no Código Penal Brasileiro	131

2. A Lei dos Crimes Hediondos	133
3. Crimes Patrimoniais Hediondos	136
3. 1 Roubo	136
3. 2 Extorsão	137
3. 3 Extorsão mediante sequestro	137
3. 4 Furto	138
Considerações Finais	138

Extorsão Mediante Restrição da Liberdade da Vítima e o “Golpe do Amor” 141

Karine Gonçalves Pereira

1. Introdução ao Artigo 158, §3º no Código Penal	141
1. 1 Sequestro-relâmpago e hediondez.....	143
1. 2 Atualização do crime de extorsão mediante a restrição da liberdade da vítima: sequestro “Tinder e Pix”	143
2. Agentes do Crime e Responsabilização Penal.....	145
Considerações Finais	146

A Ação Penal no Crime de Estelionato..... 149

Kleber Leandro Toledo Rodrigues

Introdução.....	149
1. Natureza Jurídica da Norma que Trata do Direito de Ação e o Direito Intertemporal.....	149
2. A Insegurança Jurídica Face às Divergências quanto à Retroatividade da Nova Lei nos Tribunais Superiores.....	151
Conclusão.....	156

O Delegado de Polícia e as Causas de Exclusão da Infração Penal 160

Thiago Garcia

1. Visão geral	160
2. Causas de Exclusão do Fato Típico	160
3. Causas de Exclusão da Ilcitude	160
4. Causas de Exclusão da Culpabilidade	170
5. Causas de Exclusão da Punibilidade	170
6. Conclusão	170

Furto Mediante Fraude e Estelionato: Distinção e Reflexos Processuais 170

Tristão Antonio Borborema de Carvalho

A (In)Compatibilidade do Crime de Furto Qualificado com as Causas de Aumento e Diminuição da Pena	180
William Garcez	
1. Considerações Históricas sobre o Crime de Furto	180
2. Noções Gerais sobre o Crime de Furto	182
3. Análise sobre a (IN)Compatibilidade das Modalidades Qualificadas com as Causas de Aumento e Diminuição da Pena	185